



Opinião
M. Graça Carvalho

O que têm em comum o novo aeroporto e a gestão da covid-19?

O retrocesso no dossiê do novo aeroporto de Lisboa, com a hipótese Montijo aparentemente a cair por terra, é só mais um episódio numa telenovela que começou na década de 1960, então com a Ota como pano de fundo. Desde então, têm-se sucedido os momentos mais ou menos rocambolescos, entre avanços decididos para Alcochete e recuos estratégicos para a terra de ninguém, numa trama que teima em não querer sair da casa de partida.

O que sobressai desta sucessão de decisões é que, em todos os momentos, e perante todas as hipóteses, foram realizados estudos aprofundados e emitidos pareceres técnicos e científicos, muitos de grande qualidade, abrangendo temas como o impacto ambiental, o tráfego aéreo, as infraestruturas e a mobilidade.

O que nunca aconteceu, com consequências em termos de investimentos desperdiçados, foi o momento em que alguém fizesse a síntese de todos esses dados e emitisse uma recomendação definitiva, capaz de vincular as partes e pôr fim ao ruído político, nacional e local, em torno de um projeto estruturante.

O aconselhamento científico é, cada vez mais, fundamental para os decisores políticos. E Portugal, talvez como nunca, conta hoje com especialistas altamente competentes nas diferentes áreas do conhecimento. Também conta com muitas estruturas, públicas e privadas, com ampla experiência e capacida-

de para a realização de estudos e a produção de recomendações. O que ainda não tem é esta cultura de levar as diferentes reflexões até a uma síntese final.

Não faltam outros exemplos dessa lacuna. Basta pensarmos na gestão da pandemia de covid-19 e no facto de o próprio primeiro-ministro ter assumido, quando os casos começaram a disparar no início do ano e foi tomada a decisão de voltar a confinar, que o governo tinha vindo a receber recomendações contraditórias a esse respeito.

A existência de massa crítica, de diferentes perspetivas sobre um mesmo desafio, é uma vantagem. Mas depois é preciso que as partes se reúnam, discutam e se chegue a conclusões, fazendo uma síntese em que se identificam as lacunas existentes e se quantificam as incertezas.

É isso que sucede, por exemplo, na Nova Zelândia, um país mundialmente conhecido pela importância que os seus líderes políticos atribuem ao aconselhamento científico. E os benefícios dessa cultura veem-se não apenas na forma exemplar como esse país conseguiu conter o coronavírus, mas num conjunto de medidas estruturantes que lhe trouxeram progresso económico e social.

Não estamos a falar de uma tecnocracia. A palavra final continua a ser dos decisores políticos, que têm de ponderar outros planos, como o ético e o económico. A diferença substancial é que decidem melhor informados – com a confiança de contarem com as opiniões definitivas dos melhores especialistas – e, por isso, cometem menos erros.

Nesta quinta-feira, terei a oportunidade de intervir num debate promovido pela Embaixada do Reino Unido e pela Universidade de Lisboa, cujo tema é precisamente: “Ciência para as políticas: o que significa?” Uma resposta simplista a essa pergunta poderia ser: “Segurança e confiança.”

Portugal precisa de ambas. Mais do que debatermos os prós e contras de Alcochete ou do Montijo, deveríamos perguntar-nos como é possível estarmos há mais de 50 anos a discutir onde vamos construir um aeroporto. E retirar daí as devidas ilações.

Eurodeputada

“

A existência de massa crítica, de diferentes perspetivas sobre um mesmo desafio, é uma vantagem. Mas depois é preciso que as partes se reúnam, discutam e se chegue a conclusões.



Opinião
Jorge Costa Oliveira

Apoiar empresas e famílias, fazer chegar dinheiro à economia depressa

Um estereótipo recorrente é o de que as forças políticas à esquerda são pouco responsáveis na gestão de dinheiros públicos e preferem “despejar dinheiro sobre os problemas”. Mas o governo Costa-Centeno mostrou ser possível à esquerda ter uma gestão financeira responsável, com um Orçamento do Estado primário superavitário, algo antes considerado impossível num governo de esquerda.

Apesar de o endividamento do Estado ter atingido em 2020 133% do PIB, para manter o nosso modelo social precisamos de um crescimento económico robusto que produza efeitos tão rapidamente quanto possível; pelo que é inevitável o agravamento do défice orçamental, pelo menos até 2022.

Para promover o crescimento económico, o governo parece ter-se focado no PRR com despesa pública direta na utilização de fundos europeus. Como tem sido salientado pela generalidade das associações empresariais, trata-se de um erro.

O que a economia nacional agora necessita é que seja feito chegar urgentemente mais dinheiro às empresas e às pessoas. As formas ideais são: apoios públicos simplificados às empresas; subsídios diretos – cheques ou rendimento básico temporário – às famílias ou alargamento do rendimento social de inserção; e redução de impostos diretos sobre as famílias e as PME.

“

A redução de impostos – na senda das medidas fiscais do recente pacote de estímulo económico da Administração Biden nos EUA – seria o cumprimento de uma medida consagrada no programa do atual governo.

Em abril de 2020, já o ministro de Estado e da Economia declarara que “é preciso que os bancos façam chegar o dinheiro rapidamente às empresas”. Quase um ano depois, apesar de algumas linhas especiais, a gravidade da situação económica e social exige que se priorize urgentemente mais apoios públicos simplificados a empresas privadas, em especial PME, para evitar a destruição a curto prazo de parte significativa da estrutura produtiva e do emprego. Mesmo após o desconfinamento serão necessários mais apoios temporários e moratórias para que as empresas possam funcionar com níveis de receita bem inferiores aos de 2019; a maioria dos consumidores não vai aumentar de repente a sua propensão para o consumo. O modelo da despesa pública direta prevista no PRR (por exemplo, “reestruturar o parque de habitação social” (1,251 milhões de euros) ou “agendas mobilizadoras de reindustrialização” (930 milhões de euros) vai demorar a chegar à economia. Era preferível deixar isso para o PT2030.

E como as linhas de apoio existentes funcionam lentamente ou são ineficazes, é ainda necessário, a exemplo de outros países, atribuir rapidamente subsídios diretos – cheques ou rendimento básico temporário – a quem tenha tido rendimentos muito baixos em 2020 (ex: inferior a 5000 euros) ou ao alargamento significativo do rendimento social de inserção. Vivem-se tempos de sobrevivência básica, de carência alimentar.

A redução de impostos – na senda das medidas fiscais do recente pacote de estímulo económico da Administração Biden nos EUA – seria o cumprimento de uma medida consagrada no programa do atual governo, na parte intitulada “Uma política de maior justiça fiscal e que continuará a reduzir o esforço fiscal sobre famílias e empresas” onde se explicita que “as principais medidas a adotar deverão ser dirigidas ao alívio do esforço fiscal da classe média”. É preciso adaptar essa política à imensa crise de rendimentos que atinge trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores independentes e pequenos empresários. E rapidamente.

Consultor financeiro e business developer
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira